

## Políticas de silenciamento da nudez de mulheres indígenas *Waimiri Atroari* no *facebook*: uma análise discursiva.

Policies of silencing the nudity of indigenous women *Waimiri Atroari* on facebook: a discourse analysis

Carolina Pinheiro Barros<sup>1</sup>

Thays Coelho de Araújo<sup>2</sup>

Davi Avelino<sup>3</sup>

DOI: 10.19177/memorare.v6e1201954-74

**Resumo:** O presente artigo busca analisar as políticas de silenciamento e de censura do corpo feminino indígena na rede social Facebook. O corpus é constituído por recortes de imagens retiradas da página da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao mostrar mulheres indígenas *Waimiri Atroari* na sua forma culturalmente naturalizada, ou seja, com seus seios à mostra. A materialidade discursiva analisada refere-se a postagens do dia internacional da mulher indígena, em setembro de 2018. Como escopo teórico, buscou-se auxílio, especialmente, nos conceitos de interdição e exclusão de Foucault (1988;1998). Para tratar da política do silêncio e da censura, apoiamos-nos em Orlandi (1999,2007). Os resultados deste estudo indicam o controle de circulação da imagem do corpo feminino em contextos de representação da cultura indígena. Desse modo, o cerceamento da apresentação do mamilo indígena, no *facebook*, interdita e exclui manifestações culturais da mulher indígena além da historicidade que ela carrega consigo.

**Palavras-chave:** Mulher indígena. Silenciamento. Censura. Análise de Discurso.

**Abstract:** This paper aims to analyze the politics of silencing and censorship of the indigenous female bodies in the facebook social network. The corpus consists of clippings of images taken from the page of the National Indigenous Foundation (FUNAI), by showing *Waimiri Atroari* indigenous women in their culturally naturalized form, that is, with their breasts on display. The discursive materiality analyzed refers to the postings of the international day of indigenous women, in September 2018. As a theoretical scope, assistance was sought, especially in the concepts of interdiction and exclusion of Foucault (1988, 1998). To deal with the politics of silence and censorship, we rely on Orlandi (1999, 2007). The results of this study indicate the control of female body image circulation in contexts representing the indigenous culture. Thus, the curtailment of the presentation of the indigenous nipple, on facebook, interdicts and excludes cultural manifestations of the indigenous woman, as well as the historicity that she carries with her.

**Keys-words:** Indigenous women, censorship, Discourse Analysis

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Atua na Linha de Pesquisa Texto e Discurso e tem interesse em pesquisas nas áreas indígenas e religião. E-mail: callinda20@gmail.com.

<sup>2</sup> É mestre em Letras, na área de Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM e possui graduação em Letras - Língua e Literatura Portuguesa. E-mail: profathays@gmail.com.

<sup>3</sup> É professor Doutor de História da Amazônia do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. (UFAM). E-mail: davileal81@gmail.com.

## 1 Introdução

O corpo feminino indígena constitui-se por meio de convenções sociais que o modificam em cada sociedade, conforme seus interesses, reproduzindo seus conflitos simbólicos e sócio-históricos, conforme intervenções ideológicas que objetivam o exercício do poder. Essas determinações de controle corporal, afetam o posicionamento do sujeito feminino, evidenciando marcas simbólicas que o constitui por meio de censuras e silêncios. Em relação a estes conceitos Orlandi (2007) pontua que

Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do implícito (ORLANDI, 2007, p.11-12, grifo do autor).

Contudo, o silêncio não significa ausência de palavras, a linguagem existe justamente para preencher o espaço real que é o silêncio. É, também, por meio do silêncio que as relações de poder emergem e significam, ou seja, silenciar é um ato de poder.

Através de uma memória discursiva em um *corpus* constituído por meio de recortes<sup>4</sup> coletados da página **FUNAI** (Fundação Nacional do Índio), a materialidade discursiva foi extraída da mídia social *Facebook*, na semana do dia Internacional da Mulher indígena, datado em 05 de setembro de 2018.

Neste artigo analisamos a política do silêncio, pois na subdivisão das formas do silêncio dispomos do que chamamos o local (censura). Desse modo, é imprescindível compreender os efeitos de sentidos que levam às formas de constituição da plataforma *Facebook* ao apresentar discursos patriarcais, como a interdição do corpo nu em uma cultura na qual ele é naturalizado.

O objetivo desta análise constitui-se em relacionar a memória e o silenciamento de determinados sentidos que são impedidos de se inscrever na memória do acontecimento do Dia Internacional da Mulher Indígena.

Porém, visto tratar-se de um discurso que ainda emerge dentro de uma configuração patriarcal, percebe-se que as mídias sociais criaram um código de conduta (*política de censura*) para normatizar o que é considerado nudez. Bloqueiam imagens que violam tais regras consideradas civilizadas. Nessas mídias sociais não se distingue o social do cultural. A censura aos corpos nus das mulheres indígenas Wamiri Atroari<sup>5</sup>. Segundo os dados da **FUNAI**, eles também

<sup>4</sup> Encontramos em Orlandi (1989, p.36) a noção de recortes discursivos de que faremos uso aqui. “refere-se a uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação”.

<sup>5</sup> Segundo Baines (1993, p. 02) as estimativas da população Waimiri-Atroari no passado variaram muito. O seu território foi mais extensa, abrangia as bacias dos rios Jauaperi e Uatumã, em que desembocam, respectivamente, o rio Alalaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari. Em comparação com dados da FUNAI (2018) “Em dezembro de 2001, essa população era de 913 pessoas, divididas em 19 grupos locais que compõe os três aglomerados”. Estima a população indígena do vale do rio Jauaperi, atualmente. (ver a lista no final)

são conhecidos por kin'ja (gente) que vivem entre os estados de Roraima e do Amazonas, no Brasil, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiuaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari.

Faz-se refletir a segregação de uma Cultura em detrimento de outra, uma vez que para o povo Waimiri Atroari, a nudez é uma questão de ponto de vista, que cobrem desde questões religiosas até econômicas. E essas tentativas de apagamento são formas de atravessamento da memória que, repetidamente, provocam sentidos de dominação e opressão que circulam nas formas midiáticas. Este artigo perfaz a composição de algumas reflexões trazidas do nosso campo analítico, no âmbito da Análise do discurso e delinea tentativas que apontem caminhos para justificar respostas ainda que iniciais dentro das formas de silêncio. Eni Orlandi (1999, 2007), ao conceber uma política do silêncio, manifestada pela interdição discursiva (censura), particularmente do ponto de vista teórico, permitiu a compreensão da relação constitutiva da linguagem com o poder de silenciar – o que ela chama língua-de-espuma<sup>6</sup>. Ancoramos, também, nos estudos de Michel Foucault (1988, 1998), que aportam a docilização dos corpos como marca das disciplinas que regem a sociedade e manifestam-se instituições como: a classe médica, exames psicológicos dentro das escolas, das instituições militares e prisionais.

Trabalhamos com a hipótese de que há determinadas instituições que condicionam a política da nudez nas redes sociais, determinando a censura dos corpos nus, por meio de uma ideologia dominante, tentando apagar da memória discursiva e histórica a luta feminina por espaços igualitários, sem intervenções coercitivas camufladas de uma possível biopolítica de poder.

Dividimos este estudo nas seguintes seções, além desta Introdução:

a) Da Análise do Discurso – segunda seção, em que debatemos sobre a linha de pesquisa, ligando aos conceitos da política do silêncio e seus efeitos de sentidos sobre os sujeitos.

b) Na seção três – tratamos do corpo, como religião e pecado dedicando-nos, fundamentalmente, a um trabalho mais detalhado sobre algumas características discursivas do corpo ligado ao espaço ideológico da religiosidade.

c) Na seção 4 - o corpo e a rede social, explicitamos a relação entre estes dois elementos discursivos. Pretendemos discutir o papel da mídia na sociedade, a noção de informação, as condições de produção, os silenciamentos que o constituem e sua relação com o(s) discurso(s).

## 2. A POLÍTICA DO SILÊNCIO: AS FORMAS DA CENSURA

---

<sup>6</sup> A noção de língua-de-espuma: “uma língua ‘vazia’, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. É uma língua em que os sentidos batem forte, mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões.” (ORLANDI, 2007, p. 99) A citação é de *As formas do silêncio* (ver a lista no final).

O silêncio não é um vazio e sim parte constituinte da escolha que se pode ser dito ou não. Não existem sentidos sem o silêncio, eles não estão plenamente colados à palavra, é neste efeito de incompletude<sup>7</sup> que Orlandi pensa o silêncio: “se a linguagem é categorização do silêncio, isto é, ela produz a sedentarização dos sentidos, as palavras representam já uma disciplinarização da significação “selvagem” do silêncio. (ORLANDI, 2007, p.54, grifos do autor). Com efeito, é no silêncio que apesar de não ser verbalizado, ele que assume a gestão dos sentidos e os transforma em significação para as palavras. Desse modo, a significação do silêncio se distingue das palavras, pois elas não atingem o real que é onde o silêncio significa. No entanto, Orlandi (2007) discerne silêncio fundador, o que produz a condição do ato de significar, ao da política do silêncio que se sucede em duas situações: a) o silêncio constitutivo, onde uma palavra acaba silenciando as outras palavras; e b) o silêncio local (da censura) se atribui ao que está proibido dizer.

A política do silêncio, em Análise do Discurso (AD), é um potencial de sentidos, que pela linguagem se reduz à singularidade. Isto porque, a linguagem se perfaz de uma estrutura e também de esquecimentos que repetidamente podem ser apagados da memória,

A falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento. No entanto o que acontece com os sentidos [...] é que eles não falham apenas nessa memória, eles foram silenciados, censurados, excluídos para que não haja um dito, um já significado constituído nessa memória de tal modo se tornasse, a partir daí outros sentidos possível. (ORLANDI, 2007, p.65).

Nessa reflexão, o papel da memória é lutar contra o esquecimento, sobretudo, no âmbito político, para não serem apagadas as formas de resistência e, também, poder contrapor esse outro lado nos pensamentos. Nesse sentido, afirma Christa Berg (2017, p. 19) “[...] não basta recordar é preciso saber pensar sobre o que passou. O tempo próprio da memória é o presente, o tempo apropriado para trazer o passado para relembrar e produzir a crítica é o presente”.

Censura tal como já definimos, é a proibição de certos sentidos, que impossibilitam o sujeito de transitar em lugares que não condizem às suas posições sociais.

o silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição. Isso nos permite dizer que a censura não funciona em nível de informação, mas de circulação e de elaboração histórica de sentidos. Ela impede o trabalho histórico do sentido (ORLANDI, 2007, p.107).

Articulado ao objeto de análise deste artigo, sabemos que o Dia Internacional da mulher marca um momento histórico de luta das mulheres por seus direitos civis igualitários e questões corporais que incutiam sobre a diferença biológica de seus corpos, tidos como

<sup>7</sup> A ideia de incompletude para Orlandi se alinha a ideia de polissemia, de movimento e, mais tarde, à de falha, à de falta, à de excesso, à de resto, à de a-mais. O não exato (ORLANDI, 2017, p.262).

frágeis também marcam muitas hipóteses ligadas à influência de submissão ao corpo da mulher, e sobre essa questão :

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão do trabalho. (BOURDIEU, 2007, p. 20).

Não por acaso, esse poder se instalou e incutiu conceitos como fossem as matrizes dominantes sob as mulheres, causando na história a dominância da ideologia patriarcal. E em oposição a essas ideologias patriarcais surgiu a resistência do gênero feminino. Conhecido como feminismo<sup>8</sup>.

No dia 08 de março de 1917 (no calendário gregoriano), essa data pouco é enfatizada ao caráter político que acontecera em Petersburgo nos Estados Unidos. Mulheres operárias, dentro de um movimento socialista, grevaram e iniciaram uma revolução contra A primeira Guerra Mundial, movimento que seria crucial para o início da Revolução Russa no objetivo de alcançar direitos igualitários dos homens, como: votar, aumento dos salários e das condições de trabalho. Nas palavras de Isaac Balbus, “as mulheres lutaram por seus direitos e deveres iguais na sociedade. “E nesse sentido que a luta contra o patriarcado deve ser entendida como luta por uma civilização totalmente nova, uma civilização sem dominação” (BALBUS,1987, p.126-127).

Porém, o que ficou marcado na memória associado ao dia das mulheres, ainda encontra-se em discordância devido às dispersas causas de lutas espalhadas pelas mulheres do mundo todo. Nesse sentido, Matilde Ribeiro explica que:

A articulação feminista propõe-se como um catalisador das mudanças sociais para as mulheres e também para toda a sociedade. No entanto, não é um movimento homogêneo. Contém uma série de dificuldades de estruturação e de orquestração de sua multiplicidade, como no tratamento da diversidade entre as mulheres (racial, étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, geração ou cultural), e também abordagem pluralista nos espaços políticos conquistados na sociedade. (RIBEIRO, 2006, p. 803).

Esses deslocamentos de sentidos, conectados a diferentes causas referentes ao Dia da Mulher, permitem que as mulheres signifiquem e se tornem sujeitos históricos da transformação das suas próprias causas de luta, em uma esfera maior, ligadas às lutas e causas singulares, que o feminismo abrange.

Associado ao grupo de mulheres que lutam e resistem contra a frente colonizadora e a dominação territorial ligadas à comercialização de produtos florestais de origem vegetal e animal,

---

<sup>8</sup> Sobre leituras mais aprofundadas que dizem respeito ao feminismo, ao empoderamento da mulher e o dia internacional da mulher, indico Beauvoir, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009. E a matéria histórica sobre as mulheres no jornal BBC News <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43324887>.

sobretudo, contra os massacres a grupos indígenas para abertura desses produtos e de outros projetos ligados ao mercado internacional, o dia 5 de setembro ficou marcado na história, pois relembra um momento de luta e resistência de uma mulher indígena comandando a frente de uma rebelião contra a tentativa da entrada de espanhóis na aldeia. Essa data representa o Dia Internacional da Mulher Indígena, criado em 1983,

O nome da mulher indígena, guerreira, que inspirou a efeméride, é o da índia aimará Bartolina Sisa, que, juntamente com seu marido, Túpac Katari, da mesma etnia, comandou uma rebelião contra os conquistadores e dominadores espanhóis, no Alto Peru, região atual da Bolívia, em 1781. O Dia Internacional da Mulher Indígena, todavia, é uma data para nos lembrar que o racismo tem impedido o movimento de mulheres de apreender e de compreender o legado ancestral de sabedoria dos povos e das mulheres indígenas, assim como dos povos e mulheres negras (GUAJAJARA, 2018,s.p).

Nesta perspectiva, falar das mulheres indígenas é significar um grupo que também se enquadra numa categoria de silêncios. Esse silenciamento, aqui, não é o silêncio em si e sim o colocar-se em silêncio. Essa movimentação, que sinaliza o interdiscurso, num lugar dos modos da produção de sentidos, que por muito tempo a história da mulher foi contada por homens, esse ato de silenciar pode significar muito na história e ao que representou a mulher, ao longo do tempo.

Além do mais, temos outros tipos de apagamentos que reverberam no imaginário nacional, fazendo com que a raça indígena sempre assuma uma posição de um povo anacrônico,

O exemplo desse apagamento da ordem do burocrático vem ao encontro de um imaginário de que lugar de índio não é na cidade, e sim nas aldeias. Essa é uma naturalização que tem por base um imaginário que se institui na força de um conflito entre identidade e alteridade. O conceito de imaginário implica dinâmica e processo, opera clichês, cristalização ideológica. O imaginário se constrói na base de uma interação constituída de mecanismos discursivos que jogam com o “eu” e o “outro” (SOUZA, 2010, p.01).

Dessa forma, a partir de efeitos de sentido vindos de posições femininas, discute-se o fato de que nesse mesmo grau de relevância que é dado ao corpo, são construídos os seus lugares de resistência não apenas social, sobretudo como um fator histórico. Não é apenas uma memória construída a partir dos discursos ideológicos do outro, é muito mais, é um corpo que fala, que resiste ao simbólico.

Como afirma Orlandi (2007, p.101), “o silêncio não está transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar”. Por outro lado, é importante a mobilização da noção da historicidade do texto, devido a essa incompletude discursiva relacionada à história. A construção dos sentidos no texto é imprescindivelmente histórica e, somente sob a perspectiva discursiva, o silêncio se materializa e escapa ao vazio. Portanto, para se poder trabalhar com o silêncio, já

que ele incide sobre o outro lado da história, nesse artigo, fala-se o lado da resistência.

## 2.1 O corpo, a moral e o pecado

Começamos a falar sobre a forma do corpo e da alma; o espírito e matéria, separando o corpo da espiritualidade. O conceito de corpo trazido pelo cristianismo não separa o que na filosofia se chama uma dualidade entre *logos*, o espírito, e *phisis*, a carne; reverbera a sexualidade em um espaço proibido e vigiado, pois, na cultura ocidental, a ideia de corpo é de que é feito à semelhança da imagem de Deus.

Em concordância com esse pensamento Giorgio Agamben (2009, p.73) reforça que no cristianismo não existe uma teologia da nudez, mas pressupõe uma teologia da veste. “Uma plena nudez dar-se-á, talvez, somente no inferno, no corpo dos condenados irremissivelmente oferecido aos tormentos eternos da justiça divina”. A nudez depois de se pecar, estava ligada ao “abrir os olhos”, ou seja, só se dá conta da nudez ao se despir do espírito, pois para Deus

Ainda que na ausência de veste, não estava “nu”. “Este não estar nu” do corpo humano apesar da aparente ausência de vestes explica-se pelo facto de a graça sobrenatural circundar então a pessoa humana como uma veste. O homem não estava só na luz da glória divina; estava vestido da glória de Deus. Através do pecado, o perde a glória de Deus e na sua natureza torna-se agora visível um corpo sem glória: o nu da corporeidade pura, o desnudamento da funcionalidade pura, um corpo ao qual falta toda a nobreza, porque a dignidade última do corpo estava contida na glória divina perdida (AGAMBEN, 2009, p.75, grifos do autor).

Na antiga Grécia, considerada o berço da civilização ocidental, o saber, a filosofia, a cultura e o ato sexual eram estritamente patriarcais, isso porque:

o sexual estrito-senso, é o que atrela o homem à natureza ao animal, era preciso que o grego criador de cultura imprimisse seu domínio a isso. O sexual então, precisou ser resgatado como meio de transmissão do saber. Ou seja, precisou ganhar finalidade cultural. [...], quando a atividade sexual do adulto com o seu discípulo veio a ser imbuída de valor cultural, veio funcionar como meio de transmissão de saber. Qualquer outra prática sexual era carente desse estatuto de glorificação cultural. (MAURANO, 2007, p.93).

No entanto, o poder era dado ao *phallus*, uma imagem do órgão genital masculino, representado simbolicamente na virilidade, na potência da vitalidade, essa força é provinda dos deuses, na relação do próprio espelhamento, do conhecimento. Figurando assim, a cultura ocidental como patriarcal. “O saber relativo às operações do *phallus* é o que diz respeito a construção da cultura. Ou seja, diz respeito à força que a natureza empresta ao homem para que ele sobrepondo-se a ela passe a criar cultura” (MAURANO, 2007, p.94, grifos do autor). Dessa forma, a cultura patriarcal está incutida na

grande maioria da civilização ocidental, sobrepondo-se ao saber das sociedades consideradas matriarcais.

Essa cultura foi herdada pelos portugueses e transmitida na tentativa de catequizar os indígenas e os deslegitimar da sua posição-sujeito índio, como uma cultura, um corpo simbólico-político e, sem levar em conta a espiritualidade, tratando-os como seres sem alma por não considerarem a religiosidade indígena autêntica.

Na divisão das perspectivas europeias, civilização se liga a ideia de processo e cultura à de produto. [...]. Essa divisão/cultura-transplantada para o colonizado se instala, no mínimo, em uma contradição. Nós, submetidos aos desígnios (dever ser) da civilização ocidental, somos seres culturais, sobretudo quando resistimos em nossas diferenças, mas para isso perdemos a possibilidade de termos uma história. Já que é pela parcela que nos cabe na civilização ocidental que somos contados em uma história (a da colonização) (ORLANDI, 1990, p.46, grifos do autor).

Ao longo do tempo, questões ligadas ao corpo continuaram sendo um fator de (pré) determinações que abrangem a filosofia, a psicanálise e religião, ou seja, vinculou-se as questões do corpo com a ciência, arte e o sagrado, resultando novos setores de observação ao corpo nu. Nas artes, a partir do século IX, quando o barroco se inseria ao status de estilo artístico, tratava do feminino num englobamento social e religioso, ligado ao pudor

tais expressões de cultura, talvez descortinem uma outra relação ao gozo, o qual, ao invés de regozijar-se narcisicamente com a afirmação fálica da distinção da identidade, remete-se a um movimento de entrega, no qual vigora uma transcendência do “si mesmo”. Tal gozo cinge a dessubjetivação, operando uma torção que evidencia uma certa relação ao feminino, que não sem razões místicas (MAURANO, 2007, p.93, grifos do autor).

No Renascimento, no século XIV, a noção de que Deus era um ser central, foi disseminada com as inovações da ciência e da observação, ou seja, a razão também era tão importante quanto a fé, a herança neoplatônica associava que beleza e amor andavam juntos. Dessa forma, as mulheres indígenas, nesse período, foram exaltadas por sua beleza física em pinturas.

Não à toa, nossas indígenas eram consideradas, pelos cronistas seiscentistas, criaturas inocentes. Sua nudez e despudor eram lidos numa chave de desconhecimento do mal, ligando, portanto, a “formosura” à ideia de pureza. Até suas “vergonhas depiladas” remetiam a uma imagem sem sensualidade. As estátuas e pinturas que revelavam mulheres nuas, o faziam sem pelos púbicos. A penugem cabeluda era o símbolo máximo do erotismo feminino. A questão da sensualidade não estava posta aí (DEL PRIORI, 2011, p.15).

Em suma, dos três campos acima supracitados, pelo menos até o século XIX, o campo das artes prestigiou o corpo, mais do que no início do século XX. Condutas de repressão, são criadas e internalizadas a partir de uma instituição que exerce poder sobre a sociedade, repassado através de seus discursos. Michel Foucault afirma que:

O poder está em toda parte, circula em todas as instâncias, recobre as instituições e os indivíduos, reproduz-se a cada instante, atinge todos os domínios da vida humana. Está pulverizado na sociedade, atuando em pequenos enfrentamentos, nas micro lutas diárias, e seus efeitos atingem [...] a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo, e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou subpoder (FOUCAULT, 1988, p. 102).

Seguindo essa reflexão, na medida que se exerce o poder, é uma vantagem a ser construída, por meio do controle e das normatizações. Esse conjunto de relações de forças funciona em momentos distintos ao longo do tempo. Ou ainda “forma-se então uma política de coerção- que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1987, p.14). Dessa forma, busca-se tornar o desejo através do corpo como um efeito de manipulação das disciplinas<sup>9</sup> do que é ou não aceito pela sociedade. As disciplinas atuarão nos corpos nas mais diversas formas, como as vestimentas da moda a serem usadas, ao controle, nas dietas alimentares.

## 2.2. O Corpo e a Política de Censura no Facebook

Pode-se dizer que as sociedades contemporâneas vivem constantes transformações comandadas pelo capitalismo, pressupondo a valorização do sujeito, de uma forma econômica, constatando uma disciplinarização sobre esses sujeitos, de uma forma camuflada, não violenta. Com isso, gera efeitos no funcionamento do discurso, diante de um espaço que produz uma suposta liberdade de expressão. Nesta perspectiva, o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sobrevivido, “sem o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os corpos dóceis de que necessita” (AGAMBEN, 2002, p. 11). O corpo também é resignado à esfera política e social, tornou-se um objeto de dominação do capitalismo, através do estereótipo da moral aos usos sociais do corpo. Por sua vez, a mídia interpela os sujeitos conforme seus ideais, exacerba a construção de corpos dentro de padrões que o mercado possa controlar, de diversas formas, tais como: padrão de beleza, o moralismo.

É nesse mundo hedonista consumista, voltado para o prazer e para o consumo – onde todo sofrimento e todo sacrifício devem ser banidos ou minimizados – centrado no ego, que o dinheiro – significante mestre, que agrupa uma constelação de outros significantes, funcionando como mola propulsora dos demais – oferece o acesso às chamadas “novas”

---

<sup>9</sup> “Essas técnicas que permitem o controle detalhado das operações do corpo, que realizam a sujeição permanente de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que Foucault (1988) chama de ‘disciplinas’.

tecnologias, progresso científico e tecnológico (CORACINI, 2014, p.403).

Contudo, a modernidade se torna um dispositivo intermediário de controle dos sujeitos, onde os corpos disciplinados tanto numa esfera religiosa, quanto numa construção simbólica de valores dentro da sociedade desde os séculos XIX, continua fazendo dos corpos femininos um paralelismo entre o avanço do feminismo com o retrocesso, usando a mídia como um meio de subversão e outras formas institucionalizadas ou não.

Jacques Courtine (2008) depreende que no século XX, os tempos modernos surgem como mecanismos codificadores da história corporal, por meio de discursos, tornando-os reflexo dos sentidos, principalmente no que tange à sacralização dos corpos femininos perante a mídia. Essas mudanças ocorridas acontecem na noção de corpo, já no discurso são oriundas de cada sociedade, na sua maneira de ver o corpo em cada cultura.

Seguindo o pensamento de Courtine, é importante ressaltar que:

O século XX “inventou teoricamente o corpo” [...]. Essa invenção se deu em três momentos históricos fundamentais: a invenção da psicanálise por Freud ao decifrar a conversão histérica e preconizar o inconsciente como linguagem que fala através do corpo; a difusão da noção de corpo como pivô principal do mundo, promovendo diversas abordagens filosóficas, da fenomenologia por Maurice Merleau-Ponty ao existencialismo por Jean-Paul Sartre; e, finalmente, a descoberta do corpo no campo da antropologia por Marcel Mauss que, no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), “[...] observou a infantaria britânica desfilar num passo diferente do passo dos franceses e cavar buracos de maneira singular”. Assim o corpo foi ligado ao inconsciente, amarrado ao sujeito e inserido nas formas sociais da cultura (COURTINE, 2008, p.8).

A plataforma *Facebook* foi fundada na cidade de Cambridge, Massachusetts, em 2004. Tem a finalidade de criar um relacionamento interpessoal, porém num espaço virtual *on-line* e com uma ampla adesão de usuários de várias nacionalidades e classes sociais que a acessam diariamente. Lançou, assim, novos desafios para a democracia e para o alcance de debates dos direitos ainda não consolidados na sociedade, tais como a liberdade de expressão e a privacidade.

Nos “Termos e Políticas do *Facebook*” há uma listagem de condições do que pode ou não pode ser postado. Há a opção “você” concorda com a Declaração de Direitos e Responsabilidades, ao aceitar o usuário, está ciente que a nudez é uma condição modulada por sujeitos e gestores que vivem conforme uma perspectiva de vida conservadora, pois a nudez lembra a sexualidade, “o sexo não se julga, apenas administra-se” (FOUCAULT, 1988, p. 26) pelos aparelhos ideológicos e disciplinadores da sociedade.

### 3. ANÁLISE DOS DADOS

A seguir faremos uma análise discursiva, dos recortes retirados da página da **FUNAI** na rede social *Facebook*. Com efeito, à censura da imagem dos seios nus das mulheres indígenas Waimiri Atroari, simbolizando o Dia Internacional da mulher indígena datado em 05 de setembro. A **FUNAI** é o órgão competente pela proteção aos direitos dos Povos Indígenas no Brasil. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, se vincula ao Ministério da Justiça, é a principal executora que regula as políticas indigenistas ao Governo Federal. Na semana que antecedia o dia internacional da mulher indígena, em 05 de setembro de 2018, com o intuito de retratar uma matéria informativa ao se tratar de uma promoção de conhecimentos tradicionais ligados à biodiversidade, a **FUNAI** teve a página bloqueada pela política de nudez da rede social *Facebook*, ao associar a nudez como pornografia.

Porém, ao censurar uma imagem que retrata uma cultura, sem fazer distinção de pornografia, além de promover o apagamento de uma memória não apenas histórica, deixa efeitos de sentidos que permeiam o estereótipo de que o índio, é (des) culturado e fora dos padrões sancionados pela sociedade.

A língua numa memória discursiva traz marcas já ditas, em algum lugar de fala, o discurso machista, por exemplo, disciplinou, limitou, estigmatizou as mulheres em algum momento na história, assume esse posicionamento, por meio da identificação e pela coletividade. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 1988, p.29)

Na figura abaixo, veremos uma foto retirada da rede social *Facebook*, promovendo a palavra censura, na página da **FUNAI**.

Recorte 1- Os seios das Waimiris Atroari são censurados



Fonte: FACEBOOK (2018) disponível em:  
<https://www.facebook.com/Funaioficial/photos/a.196173660545314/1072976089531729/?type=3&theatr>.

A postagem em análise foi realizada no dia 05 de setembro de 2018, data que marca o Dia Internacional da Mulher Indígena. Instituída pela ONU em 1983, no II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu na Bolívia. Essa data retoma o acontecimento do esquiteamento de Bertolina Sisa, índia quéchua, que ocorreu em 1782, durante uma rebelião anticolonial no Peru.

A imagem escolhida pela **FUNAI** para representar essa data comemorativa foram os índios Waimiri-Atroari. Por se tratar de um povo que há muito tempo lutou para a preservação de sua cultura e, ultimamente, vem enfrentando sérios problemas com o linhão de eletrecidade de Balbina que passará em suas terras. Maria Carmen do Vale (2018), coordenadora do Subprograma de Educação, documentação e memória do Programa Waimiri Atroari e membro do Instituto socioambiental-**ISA**, afirma que os “Waimiri Atroari enfrentaram a situação, negociaram com os brancos e hoje tem os limites de suas terras, o vigor de sua cultura e o crescimento de sua gente”.

Na questão cultural, publicamente os Waimiri Atroari se mostram como eles viviam antigamente como tática para chamar atenção também, embora no privado eles já usem vestimentas, fruto de muitos processos de colonização europeia no Brasil.

Trazendo para a Análise do Discurso, essas diversas manifestações de compreensão de como o corpo ultrapassa a relação matéria, mas trazendo o corpo como: social e histórico.

E se estendermos esta afirmação para o corpo, pensando o corpo como situação, e não coisa, na tomada do mundo para se definir, chegamos à noção de práxis, ligando o simbólico ao político. Práxis identificadora, o sujeito define seu corpo a partir de sua existência: historicidade, materialidade da existência (ORLANDI, 2017, p.72).

Conforme as leituras da autora, podemos confirmar que o corpo não é apenas visto numa perspectiva biológica e, sim, um símbolo de poder que a partir pressões resultantes das interações sociais e políticas que os limitavam, os regulavam, geram efeitos de sentidos que atingem o modo de como o sujeito se significa através da história.

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1988, p.163).

Na correlação da docilização dos corpos numa perspectiva histórica, Mary Del Priori, analisa o corpo, como:

Era diferente. Aqui, muitas pessoas andavam seminuas: sobretudo índios e escravos. As regras e os ritos vindos da Europa não se tinham consolidado entre índios e africanos. Palavras como vergonha e pudor, recém-dicionarizadas no século XVI, continuavam ausentes dos “vocabulários” – nome que então se dava aos glossários –, até entre portugueses. Para os etimologistas, a palavra nasceu à época da

chegada dos lusitanos às nossas costas. Antes, pudenda designava os órgãos sexuais, “vergonhosos”. Inicialmente associados à pudicícia, pudor e castidade eram sinônimos. Os primeiros dicionários deram o sentido atual ao termo, ligando-o à modéstia, decência e civilidade. Considerado natural nas mulheres, o pudor permitia afirmar que uma mulher nua podia ser mais pudica do que uma vestida. Isso, pois acreditava-se que, ao despir-se, ela se cobria com as vestes da vergonha. (DEL PRIORI, 2011, p.08).

Voltando o pensamento ao Brasil, a cultura está muito imbricada à Europeia em que o machismo, a cultura do estupro acontecem em altos níveis de repressão ao corpo feminino, seja por meio da sexualização ou banalização dos seus corpos. O corpo nu era associado à erotização, tornando-se um processo simbólico e histórico das mudanças incutidas de cada geração, trazendo fragmentos do patriarcalismo, tornando-os cada mais forte e os reverberando, no sentido que rege ao controle social, formando, assim, um dualismo entre o passado *versus* presente, emergindo esse modelo de subserviência da mulher, através do processo discursivo naturalizado pelos sujeitos mesmo que de forma inconsciente.

Ao relacionar a imagem da mulher indígena, ao momento histórico do descobrimento do Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha, relata a chegada dos colonizadores, trazendo em um primeiro momento o conflito de duas culturas díspares, de um lado a população ameríndia despida e usa o nu, como um processo cultural e, de outra parte, há a imposição de suportar o nu como uma parte cultural e social, de maneira pré-estabelecida. Caminha, relata:

Ali verfeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma (CASTRO, 2007, s.p).

Com a resistência dos índios ao aceitar a chegada dos portugueses no litoral brasileiro e suas imposições, sendo que os portugueses já trajavam vestidos finos e joias, enquanto os índios eram de uma classe mais abastada, usavam penas e pinturas como vestimenta. Devido esse fato e a resistência de não se vestirem como os portugueses, os costumes também foram satanizados, embora que, para eles essa nudez, estava longe de ser libidinosa.

Nas culturas indígenas da América, o corpo ocupa um lugar central. De acordo com Viveiros de Castro (2002, p.) “o corpo é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um habitus”. É na produção dos corpos que reside a alteridade e o que faz a diferença entre as subjetividades, humanas e não-humanas. O corpo é o lugar político da transformação que permite compreender o fato de que tantos povos modificam os seus corpos.

O efeito de sentido carregado na palavra *censura* na imagem acima, destacada de vermelho, remete-nos ao que Orlandi (2007, p.106) defini que “essa censura é o traço do que é formulável, mas proibido, em certas condições. A outra dimensão da interdição é a do impossível. Toca a dimensão mesma da história: é o historicamente não-dizível”. É no ato de silenciar que o dizível, permite acessar o não-dizível. O posicionamento discursivo pelo qual as mulheres que sofrem com algum tipo de censura é o de sempre assumir uma postura de distanciamento entre o que é dito e o que se pode dizer, nos fazendo refletir sobre o que pode ser silenciado, por meio do medo, da frustração ou da vergonha. Uma estruturação de poder e sujeição fica estabelecida.

Para a sociedade ocidental, a manipulação das práticas coercitivas pelo poder que se sobrepõe aos corpos femininos, sempre as coloca em posição de sujeição, “(onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1997 p.29, grifos do autor). No que tange a moral, denegrir a conduta, perante a sociedade, ainda torna as mulheres suscetíveis a opressões.

No Brasil, por exemplo, foi promulgada a Lei 13.104 de 9 de março de 2015 a fim de criminalizar atos que violem a moral<sup>10</sup>. Existe também a Lei Carolina Dieckmann, promulgada em 30 de novembro de 2012 pela ex presidente Dilma Rousseff, tipificando quaisquer delitos informáticos que exponham mulheres em situações íntimas sem o seu consentimento. Assim, corpos de mulheres expostos nas redes sociais, imprescindivelmente, é crime. Mulheres indígenas estão inferidas numa categorização também de submissão, pois são violentadas, estereotipadas. Portanto se enquadram dentro das leis que amparam o gênero feminino sem distinção de raça, credo, costumes. Embora, o ato de censura do facebook ao Dia Internacional da Mulher Indígena não dialoga com a aceitação das diversidades, pois, essas imagens quando publicadas sem a intenção de expor como um ato erotizado, confronta com a posição cultural de outros povos. Por exemplo, o uso de grafismos, colares e modificadores corporais como botoques labiais, incisões na pele e pinturas corporais ritualísticas indicam a centralidade material e cosmológica do corpo nas culturas indígenas. Aparecer na televisão ou divulgar imagens na rede internacional de computadores com parte do corpo desnudo é, antes de tudo, um ato político e guerreiro que marca a diferença e a especificidade dos povos indígenas, devendo ser entendido no contexto dessa produção cultural.

Na constituição de 1988, no artigo 231, encontrado detalhadamente no site da FUNAI, permite esclarecer que

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e

---

<sup>10</sup> “Moral” vem do latim *morales*. Referimo-nos ao conjunto de regras dados pela cultura, pelas tradições.

fazer respeitar todos os seus bens (FUNAI, Relatório de Direitos indígenas, 2018, s.p.).

Portanto, é constitucionalmente assegurado e legitimado o direito de apresentar os índios em seu ambiente natural, ainda mais em um dia de representação de uma conquista garantida por lei, o Dia Internacional da Mulher Indígena.

Recorte 2- Vai ter peito, vai ter luta, vai ter resistência



Fonte: <https://www.facebook.com/Funaioficial/photos/a.196172697212077/1074679769361361/r>, 2018.

O segundo texto (Figura 2) deste estudo também foi retirado da página oficial da **FUNAI** na rede social *Facebook*. Nesse contexto, a figura 2, assim como a figura 1, apresentada anteriormente, surge em resposta à censura realizada pelo *Facebook*, ao proibir a circulação da imagem das índias com os mamilos nus. Esses textos foram utilizados como forma de protesto pela **FUNAI**.

Avançando em nossa análise, notamos o controle de circulação da imagem do corpo feminino em contextos de representação da cultura indígena. Conforme as políticas de publicação do *facebook*, o mamilo feminino poderia aparecer apenas em situações sociodiscursivas que remetam ao discurso da saúde, à representação do parto e da amamentação. Já em situações de manifestação cultural indígena, o mamilo não pode aparecer. Nesse sentido, não há um enunciado que permita a circulação de imagens com esse tipo de conteúdo.

Para pensarmos nesse processo de exclusão e interdição da cultura indígena, remetemo-nos a Foucault (2014), o qual teoriza sobre o controle do que pode ser visto e dito, pois não podemos dizer e ver tudo em qualquer circunstância sem que haja limites. “Tabu do objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 2014, p. 9). Nessa seara, o ver e o dizer encontram-se delimitados e cerceados, de modo que a fala, a visão, o sujeito de enunciação e o objeto percebido são determinados, alocados e redistribuídos.

O gesto de interdição de uma imagem que expõe o mamilo feminino indígena evidencia um discurso machista que deslegitimou

o Dia Internacional da Mulher Indígena. Há também as marcas de um discurso intolerante, que apaga os traços da cultura indígena.

Em meio a essas condições de produção discursiva, o texto em análise surge como um contradiscurso e como a materialização da luta contra os discursos hegemônicos que silenciam a representatividade da mulher indígena. Os enunciados “vai ter peito”, “vai ter luta”, “vai ter resistência” marcam o posicionamento discursivo de um sujeito que resiste à aculturação e à subalternização da mulher indígena, diante da sociedade capitalista, caracterizada pelo consumismo e pelo culto a um corpo-padrão.

Para Foucault (2015, p. 187) “o corpo é aquilo que está em jogo na luta”. Isso permite-nos considerar que não são todos os corpos que podem aparecer e circular livremente na internet. O problema não seria mostrar o mamilo, mas quem mostra o mamilo e a partir de qual lugar discursivo. Dessa forma, o discurso da saúde e o discurso médico manifestam-se como aqueles que permitem a nudez, porque não aparecem vinculados à erotização. Há, neste caso, apenas uma representação biologizante do corpo. Outro viés de circulação do corpo feminino, na sociedade capitalista, é o corpo belo, aquele que é magro, sem imperfeições na pele, com mamas arredondadas e firmes.

Recorte 3 - Política de censura do Facebook- denúncias dos usuários da rede social

### Política de censura de postagens.

Fazer Pergunta

Denunciar abusos Sobre as nossas políticas



Postei uma matéria sobre política indigenista e foi censurada por nudez!!! Essa equipe de censura do Facebook não sabe que índios (nem todos) andam nus e que isso é mais do que compreensível em uma matéria sobre indígenas? O "Homem Vitruviano" de Leonardo Da Vinci, o "Davi", de Michelângelo, a "Vênus de Urbino", de Ticiano, "A Origem do Mundo", de Gustave Coubert, "A Liberdade Guiando o Povo", de Eugène Delacroix, "O Nascimento de Vênus", Sandro Boticelli e "Antropofagia", de Tarsila do Amaral, entre outras obras de arte também seriam ou serão censuradas pelo Facebook? É o cúmulo do obscurantismo.



Equipa de Ajuda do Facebook

Olá, Luiz.

Obrigada por compartilhar sua opinião conosco.

Quando algo é denunciado, o Facebook revisa esse conteúdo e o remove se for contra os seus Padrões da Comunidade:

Se você acredita que sua postagem não violava nenhum dos Padrões, preencha o formulário abaixo para informar o Facebook:

<https://www.facebook.com/help/contact/571927962827151/?ref=u2u>

Espero ter ajudado e esclarecido sua dúvida.

Iara S.

Útil · Não útil · Comentar · Partilhar · Respondida há cerca de 7 meses

Fonte: facebook, 2018.

A partir desse contexto, o recorte 3 surge como uma denúncia à censura realizada pelo *Facebook* em uma postagem anterior, que continha a imagem de índias com mamilos à mostra. A publicação foi categorizada como conteúdo impróprio e, por isso, ficou inacessível durante horas.

A mensagem padronizada enviada do *Facebook* para a página da **FUNAI** por postar as imagens, continha o seguinte dizer: “Ninguém mais pode ver sua publicação. Nossos padrões se aplicam globalmente e são baseados em nossa comunidade. Temos padrões porque alguns públicos são sensíveis a diferentes questões em relação à nudez” (FACEBOOK, 2018). Ou seja, são os próprios usuários das páginas que denunciam as imagens de mulheres com os mamilos expostos, por acharem imagens de cunho sexual. Com isso, essas supostas violações passam por uma avaliação de funcionários da empresa facebook e se promove o apagamento e o silenciamento de causas sócio-históricas. Considerado que, essas inúmeras manifestações de relação de poder ao gênero, relacionando causas políticas com pornografia é uma prova factual da normatização de gênero estabelecida em nossa sociedade individuada.<sup>11</sup>

Para elucidarmos as condições de produção discursiva desta postagem, retomamos as políticas de publicação do *Facebook* (2018) as quais restringem a publicação de “Mamilos femininos descobertos, salvo no contexto de amamentação, parto e momentos pós-parto, situações relacionadas à saúde (por exemplo, mastectomia, conscientização sobre o câncer de mama ou cirurgia de confirmação de gênero)”. E também, na visão de Sergio Amadeu da Silveira,

O Facebook, como uma rede de relacionamento social transnacional, está submetido a diversas legislações nacionais, sendo por vezes obrigado a praticar a remoção de conteúdos de seus usuários por determinação dos Estados, democráticos ou ditatoriais. O que poderia passar despercebido é que o Facebook também pratica remoção de conteúdos sem ser obrigado por nenhum governo. A plataforma de relacionamento social possui regras próprias de remoção de postagens ou publicação de textos, fotos e vídeos. (SILVEIRA, 2015, p. 1647).

Como uma rede social privada norte-americana, com interesses voltados para o entretenimento e publicidade o *Facebook* possui suas próprias regras, que são estabelecidas pelos seus administradores, com os interesses voltados apenas para os lucros de seus investidores. Dessa forma, as ações disciplinadoras e o controle dessa plataforma, acontece como uma espécie de biopolítica que os próprios padrões da comunidade do Facebook impõem sobre o que eles definem como o certo, cerceando fatores culturais, uma vez que existem milhões de usuários pelo mundo.

Apesar de dificilmente serem consideradas expressões de pornografia, já foram removidas fotos de mães amamentando seus filhos, feministas protestando com seus seios descobertos, como ocorreu com fotos da “Marcha da Vadias” ou com o bloqueio de perfis que fotografaram militantes com vestidos transparentes no “Existe amor em SP”, bem como, o desprezioso evento ocorrido em Curitiba, no qual amigos do ciclista Nelson Rabello tiraram uma foto em que aparecem de sunga (imagens de artistas de sunga são expostas em horário nobre da

---

<sup>11</sup> A individuação, como a tomo na análise de discurso resulta do modo de como o Estado, em sua articulação simbólico-político, pelas instituições e discursos, individua o sujeito, ou melhor, a forma-sujeito histórica (ORLANDI, 2017, p.288).

televisão brasileira sem despertar nenhuma resistência relevante na opinião pública brasileira) (SILVEIRA, 2015, p.1646, grifos do autor).

Portanto, a noção de biopolítica trazida por Foucault (1988), que trata do controle dos corpos disciplinando, aqui é refletido como um controle através das interações em rede que extrapolam as diversas culturas, segregando-as, regridando-as. “Entre o Estado e o indivíduo, o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”. (FOUCAULT, 1988, p.29). Desse modo, a plataforma facebook é regrada conforme a visão ideologia dos seus gestores e, também, de seus interesses de mercado. Mostrar causas culturais e sócio-políticas, não gera lucros para os investidores. Assim, o *Facebook* também é uma política que controla seus usuários, uma espécie de biopolítica dos tempos atuais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto destacado neste artigo é quanto aos efeitos de sentidos da “*censura*” em imagens de nudez, “o silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição” (ORLANDI, 2007, p.107). Os administradores do *Facebook* bloqueiam, sem olhar para a historicidade e importância de povos que constituem a cultura brasileira.

Gostaríamos de frisar, a importância de artigos voltados à pesquisas sobre o Dia Internacional da Mulher Indígena, pois ainda encontram-se incipientes para encontrarmos mais referências.

Desde a década de 80, os Wamiris Atroari estão proibidos de dar entrevistas por conta do programa wamiri atroari- **PWA** ( onde o ministério público protege as terras demarcadas pelos indígenas, para compensar os impactos socioambientais ocorridos pela implantação da usina hidrelétrica de Balbina. Como assegura o Ministério Público Federal (2018) “A obrigação de consultar os povos afetados, em casos de empreendimentos e atividades, se justifica pela necessidade de garantir a integridade das terras indígenas”.

Mulheres, indígenas, nuas, sendo homenageadas no Dia Internacional das Mulheres Indígenas são silenciadas com a censura em suas imagens, mas essa censura falou muito mais por elas, foi um grito de resistência. Repercutiu muito mais nas mídias do que a aceitação da sua data comemorativa. Essa utilização de certas práticas discursivas serve como um dispositivo que fornece efeitos de sentido profícuos para a perpetuação dessa imagem que foi construída pela sua interdição ou melhor censura.

Assim, os seus efeitos de sentidos, a palavra *censura* vai se atualizando a cada gesto que denota silenciamento. Acreditamos ser importante uma reflexão de que esses gestos culturais também são legitimados.

Suas causas foram (re)lembradas por alguém que fala por elas como a **FUNAI**. Elas necessitam ser suas próprias vozes, porém, ainda

não estão sendo legitimados os direitos e deveres adquiridos constitucionalmente por parte de muitos, como é o caso do *Facebook*. Seus costumes são deturpados e tidos como pornografia para a mídia social. Sendo que não é a primeira vez que imagens de indígenas nus são censurados dentro da política de censura dessa mídia social. Além do mais, essas causas não importam para o capital, uma vez que o *Facebook* é de uma empresa privada, ele cria suas próprias políticas de condutas, baseadas nas ideologias dos seus gestores. Percebemos que os sentidos e os sujeitos são construídos mutuamente, por meio de suas posições e lugares, socialmente definidos.

A nudez é parte constituinte de uma moralidade construída na práxis social dentro da cultura ocidental, corpos são processos sócio-histórico e carregam sentidos, refletem na historicidade através de discursos propagados de gerações patriarcais e se estendem até os dias atuais, por isso não podem ser expostos em qualquer rede social ou de qualquer forma. “O que nos leva a concluir que não se pode estar fora do sentido assim como não se pode estar fora da história” (ORLANDI,2007, p.92).

Foucault (1988) questionou a sexualidade não pelo fato biológico, mas pela sua relação de poder, de como são elaborados e apresentados na sociedade, que os manipula.

Ao longo da história, podemos perceber também, que nas inúmeras situações que caracterizam o silenciamento em que o poder exercido sobre as formações discursivas exhibe um ato de querer silenciar e, em cada ato nos fazemos procurar nesses textos outros textos que revelam outros silenciados. O silêncio traz muito sentido e há diversas maneiras de ficar em silêncio. Mas, em cada ato de silenciamento, há inúmeras vozes que gritam em formas de palavras, para que a censura, o que não pode ser visto, dito, atravesse as fronteiras do não dito.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio; RELOGIODAGUA (Ed.). **Nudez: nudité**. 2009. Tradução Miguel Serras Pereira.
- BAINES, G. Stephen. **Censuras e Memórias da Pacificação Waimiri-Atroari**. Série Antropologia (Brasília. Impresso), v. 148, p. 1-45, 1993.
- BALBUS, D. Isaac. Mulheres Disciplinantes Michel Foucault e o poder do Discurso Feminista. In: Cornell, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade: Releitura dos pensadores contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher**. Ed. Rosa dos tempos, Rio de Janeiro, RJ, 1987. 207 p.
- BERG, Christa. [Eliane Brum e os que defendem a volta da ditadura.] In: Giovana Benedetto Flores; Solange Maria Leda Gallo; Suzy Lagazzi; Monica G. Zoppi-Fontana. (Org.). **Análise de discurso em rede: Cultura e Mídia**. 1ed.Campinas: Pontes Editores, 2017, v. 3, p. 101-116.

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASTRO, Silvio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**: O Descobrimento do Brasil, L&PM, 2007.
- DEL PRIORI, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- CORACINI, M. J. R. F. **Entre a modernidade e a pós-modernidade**: discurso e ensino. Revista Educação (PUCRS. Online), v. 37/3-2014, p. 400-411, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. 2008. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: as mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Editora Vozes.
- DO VALE, R. Maria Carmen. **Waimiri Atroari**. FUNAI. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri\\_Atroari](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari)>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- FACEBOOK. **Políticas de censura**. São Paulo: FACEBOOK, 2018. Disponível em: <[https://www.facebook.com/help/1735443093393986?helpref=hc\\_global\\_nav](https://www.facebook.com/help/1735443093393986?helpref=hc_global_nav)>. Acesso em 30, mar.2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. (A vontade de saber; v.1).
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 24<sup>a</sup> ed. SP: Edições Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. – 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Direitos FUNAI**. Brasília: FUNAI, 2018. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Povo Waimiri Atroari**. Brasília: FUNAI, 2018. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri\\_Atroari](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari)>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- GUAJAJARA, Eliane. **Dia Internacional da Mulher Indígena**. Senado, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/dia-internacional-da-mulher-indigena>>. Acesso em: 31 maio. 2019.

- MAURANO, Denise. O feminino e suas dobras. In: Indursky, **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites** [organizado por] Maria Cristina Ferreira e Freda Indursky. São Carlos: Claraluz, 2007.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF processa Eletronorte e Funai por coação ao povo Waimiri Atroari. MPF, Amazonas, 08 oct.2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-processa-eletronorte-e-a-funai-por-coacao-ao-povo-waimiri-atroari>>. Acesso em: 31 maio. 2019.
- ORLANDI, P. Eni.; GUIMARAES, E; TARALLO, F. **Vozes e contrastes**. Discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez,1989.
- \_\_\_\_\_. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 3ª impressão da 6ª edição. 6ª. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007. v. 1. 181p.
- \_\_\_\_\_. **Os Silêncios da Memória**. Papel da Memória, Campinas, p. 57-71, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Terra à vista- Discurso do confronto: Velho e Novo mundo/ Eni Puccinelli Orlandi**. – série. ed.- Campinas, SP: Editora da UNICAMP,1990.
- RIBEIRO, Matilde. **O feminismo em novas rotas e visões**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, p. 801-811, 2006.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1637-1651.
- SOUZA, T. C. C.; ARAUJO, J. W. P. **Práticas migratórias e movimentos na história: índios urbanos**. In: XXV encontro Nacional da ANPOLL, 2010, Belo Horizonte. GT em AD resumos expandidos on line, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO. Eduardo. **Perspectivismo e multiculturalismo na América Indígena**. In: A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia (e outros ensaios de antropologia).São Paulo: Cosac Naif, 2002.

**Artigo enviado em: 10/04/2019. Aprovado em: 18/06/2019.**